



MARINHA DO BRASIL

COLÉGIO NAVAL

DEPARTAMENTO DE APOIO

DIVISÃO DE BANDA

(Processo Administrativo nº 63141.000960/2026-22)

PREGÃO ELETRÔNICO- SRP- Nº 90960 /2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de eventual aquisição de instrumentos musicais e respectivas peças de reposição para manutenção das atividades da Banda de Música do Colégio Naval, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | CATMA T | DESCRIÇÃO DO ITEM | UF | QTE MIN | QTE MAX | QTE Total | Valor Unitário | Valor Total |
|------|------------|---|----|------------|------------|--------------|-------------------|-------------------|
| 1 | 479397 | Mesa de som analógica profissional de no mínimo 32 canais, com 24 entradas de microfone XLR com alimentação phantom power 48V e 32 entradas de linha (24 mono e 4 estéreo). Deve possuir equalização de 3 bandas por canal, filtro passa-altas de 100 Hz, compressor integrado em canais selecionados e processador de efeitos digitais integrado (reverb e efeitos SPX). O equipamento deverá disponibilizar no mínimo 6 envios auxiliares (AUX) e 2 envios de efeitos (FX), 4 barramentos de grupo (Group Bus) e saída estéreo principal, além de saída mono e matriz para roteamento de áudio. Deve possuir interface USB para gravação e reprodução de áudio, compatível com dispositivos externos. A alimentação deverá ser 100-240 V, 50/60 Hz, com construção robusta para uso profissional em sonorização ao vivo, auditórios e eventos. Como referência de qualidade e | UN | 1 | 1 | 1 | R\$ 11.996,00 | R\$ 184.020,00 |

| | | | | | | | | |
|---|--------|---|----|---|---|---|--------------|---------------|
| | | desempenho, poderá ser considerado o modelo Yamaha MGP32X ou equivalente ou superior. | | | | | | |
| 2 | 627059 | Caixa acústica ativa biamplificada de 12 polegadas, equipada com driver de compressão de alta frequência, potência mínima de 1000 W, resposta de frequência de 48 Hz a 20 kHz, nível máximo de pressão sonora (SPL) de 127 dB, cobertura direcional 90° x 60°, entradas de áudio XLR/TRS combo e saída XLR, com processamento digital de sinal (DSP) integrado, conectividade Bluetooth e alimentação 100-240 V AC. O equipamento deverá ser fornecido novo, com manual do fabricante, e atender às normas de segurança e desempenho profissional. Referência de qualidade: Electro-Voice ZLX-12P-G2 ou equivalente ou superior. | UN | 1 | 2 | 2 | R\$ 6.129,80 | R\$ 12.259,60 |
| 3 | 632616 | Subwoofer ativo profissional de 12 polegadas, com amplificação interna de alta potência classe-D (mínimo 800 W contínuos e 1020 W dinâmicos), projetado para reforço de graves em sistemas de sonorização ao vivo. O equipamento deverá possuir driver de 12" com bobina de voz de 2,5", faixa de frequência de 42 Hz a 150 Hz (-10 dB), nível máximo de pressão sonora de 134 dB SPL, conectores de entrada XLR e saídas XLR tipo thru, e processamento integrado D-XSUB para otimização da resposta de graves. A alimentação deverá ser 100-240 V AC, 50/60 Hz, com gabinete robusto de madeira e acabamento profissional. Referência de qualidade: Subwoofer DXS12MKII ou equipamento equivalente ou superior. | UN | 1 | 2 | 2 | R\$10.371,82 | R\$ 20.743,64 |
| 4 | 449600 | Medusa de áudio com 20 vias, destinada à conexão e distribuição de sinais de áudio balanceados em sistemas de sonorização profissional. O equipamento deverá ser composto por caixa de múltiplas vias (multicabo) com 20 canais, permitindo a | UN | 1 | 1 | 1 | R\$1.708,22 | R\$ 1.708,22 |

| | | | | | | | | |
|---|--------|---|----|---|----|----|--------------|--------------|
| | | montagem de conectores do tipo XLR/P10 ou combo conforme necessidade, com identificação numérica de cada via para fácil organização e uso em palco, eventos e instalações. A caixa deverá possuir prensa-cabos e proteção de mola espiral para alívio de tensão dos cabos, estrutura robusta em metal ou material resistente à flexão, pintura protetora e dimensões compatíveis com uso profissional. O produto pode ser fornecido montado com conectores profissionais e cabo multicore espaguetado de alta flexibilidade de bitola adequada (mínimo 24 AWG) e blindagem eficiente, com comprimento conforme demanda operacional. O equipamento deverá ser compatível com sinais balanceados de áudio e suportar a conexão a mesas de som, microfones, DI box e amplificadores sem interferências significativas. | | | | | | |
| 5 | 614979 | CABO XLR-XLR BALANCEADO 10M | UN | 5 | 10 | 10 | R\$ 173,66 | R\$ 1.736,60 |
| 6 | 415145 | CABO P10-P10 10M | UN | 5 | 10 | 10 | R\$ 169,06 | R\$ 1.690,60 |
| 7 | 634325 | Microfone dinâmico profissional para captação de frequências graves, com padrão polar cardioide, projetado para uso em instrumentos de baixa frequência como bumbo de bateria, caixas de grave e trombone. O equipamento deverá possuir cápsula dinâmica de diafragma grande, resposta de frequência de 20 Hz a 17 000 Hz, capacidade de suportar níveis de pressão sonora superiores a 160 dB SPL sem distorção, impedância elétrica de aproximadamente 210 ohms, sensibilidade adequada para captação de sinais instrumentais, e saída balanceada XLR de 3 pinos. O produto deverá apresentar construção robusta para uso profissional em palco e estúdio, montagem flexível | UN | 3 | 3 | 3 | R\$ 1.753,33 | R\$ 5.259,99 |

| | | | | | | | | |
|---|--------|--|----|---|---|---|--------------|--------------|
| | | integrada ou adaptador de suporte, alimentação passiva via conexão XLR e atender às normas técnicas aplicáveis. Referência de qualidade: Microfone AKG D112 MKII ou equivalente ou superior. | | | | | | |
| 8 | 634325 | Microfone dinâmico profissional com padrão polar cardioide, projetado para captação de instrumentos musicais (guitarras, baterias, metais) e voz em ambientes de sonorização ao vivo ou estúdio). O equipamento deverá possuir: Resposta de frequência: 40 Hz – 15 kHz, otimizada para instrumentos e voz. Sensibilidade: -56,0 dBV/Pa (1,6 Mv). Impedância: 150 Ω (mínima recomendada 300 Ω). Nível máximo de pressão sonora (SPL): ≥ 94 dB para sinais sem distorção. Conector: XLR balanceado de 3 pinos. Construção: Corpo em metal resistente a impactos, grade de proteção em aço, projetado para uso intenso em palco. Rejeição de ruído ambiente: Padrão cardioide, excelente isolamento de sinais laterais e traseiros. Acessórios incluídos: Adaptador para pedestal e estojo de proteção. Alimentação: Passiva, sem necessidade de phantom power. Aplicação: Captura de instrumentos de médio a alto SPL, ideal para guitarras, caixas, percussão e metais. Referência de qualidade: Shure SM57 ou equipamento equivalente ou superior. | UN | 4 | 4 | 4 | R\$ 1.252,42 | R\$ 5.009,68 |
| 9 | 472006 | Guitarra elétrica de 6 cordas profissional, estilo Super Stratocaster, com corpo em alder para equilíbrio tonal e ressonância, braço em roasted maple com perfil C e escala em techwood ou maple, com comprimento de escala de 25,5 polegadas (647 mm) e 22 trastes, proporcionando conforto e boa tocabilidade. O instrumento deverá possuir captadores na configuração HSS (1 humbucker e 2 single coils Alnico by Tagima) para ampla gama de | UN | 1 | 1 | 1 | R\$ 3.221,12 | R\$ 3.221,12 |

| | | | | | | | | |
|----|--------|--|----|---|---|---|-----------------|-----------------|
| | | timbres, chave seletora de 5 posições, controle de volume e 2 controles de tonalidade, nut (pestana) de osso de 43 mm, ponte tremolo com dois pivôs e tarraxas com trava para maior estabilidade de afinação. A guitarra deve ser fornecida nova, com acabamento profissional, adequada para uso em ensaios, gravações e apresentações ao vivo. Como referência de qualidade e desempenho, considerar Guitarra T-640 Super Tagima, Guitarra Tagima T-640 White Escala Clara ou equipamentos equivalentes ou superiores. | | | | | | |
| 10 | 600823 | Bateria acústica completa profissional, 5 peças, composta por bumbo, caixa, dois tons e um surdo, com cascos em madeira de alta qualidade (basswood com espessura mínima de 7,5 mm), projetada para uso em sonorização ao vivo, estúdios, ensaios e apresentações musicais. O kit deverá incluir pedal de bumbo, máquina de chimbal, estante de caixa, estante de pratos, banco e demais ferragens necessárias para montagem completa. Os tambores deverão ter tamanhos típicos de rock com bumbo de aproximadamente 22" x 18", toms de 10" x 7" e 12" x 8", surdo de 16" x 15" e caixa de 14" x 6", com acabamento interno e externo de alta qualidade e bordas com rebarbas acuradas para melhor resposta acústica. O conjunto deverá ser acompanhado de pratos profissionais (hi-hat, crash e ride) de marcas reconhecidas, com suportes adequados e pedais compatíveis. Todo o conjunto deve ser fornecido novo, com manual e garantia de fábrica, pronto para instalação e uso, atendendo às normas de desempenho e segurança aplicáveis. Referência de qualidade: Bateria Odery inRock IR.220 Plus ou equipamento equivalente ou superior. | UN | 1 | 1 | 1 | R\$ 6.000,94 | R\$ 6.000,94 |

| | | | | | | | | |
|----|--------|---|----|----|----|----|--------------|--------------|
| 11 | 484062 | Extensão elétrica de 20 metros, com cabo de cobre rígido ou flexível, seção mínima de 2,5 mm ² (para suportar cargas de até 10 A a 250 V), 3 vias ou conforme demanda, plugue e tomadas com padrão brasileiro (NBR 14136), isolamento e revestimento resistentes a impactos e abrasão, adequada para uso interno ou externo em ambientes profissionais, fornecida nova e pronta para uso, atendendo às normas de segurança elétrica vigentes. | UN | 2 | 2 | 2 | R\$ 306,41 | R\$ 612,82 |
| 12 | 457223 | Filtro de linha elétrico, com mínimo de 6 tomadas, tensão de operação 127 V ou 220 V, corrente nominal 10 A ou superior, proteção contra sobretensão e curto-circuito, cabo de alimentação com mínimo 2 metros, isolamento adequada, chave liga/desliga, indicador de funcionamento (LED) e construção em material resistente a impactos. O equipamento deverá ser fornecido novo, compatível com normas de segurança elétrica brasileiras, para uso em proteção de equipamentos eletrônicos e áudio profissionais. | UN | 5 | 5 | 5 | R\$ 123,22 | R\$ 616,10 |
| 13 | 435132 | Bateria alcalina de 9 volts, com tensão nominal de 9 V, química alcalina, alta durabilidade, baixa autodescarga, adequada para instrumentos eletrônicos, pedais de efeito, controles remotos e equipamentos portáteis. A bateria deve ser nova, armazenada em embalagem original do fabricante, livre de vazamentos, atendendo às normas de segurança e transporte de baterias (ABNT/NBR e regulamentações internacionais). | UN | 30 | 30 | 30 | R\$ 41,94 | R\$ 1.258,20 |
| 14 | 468496 | Teclado sintetizador com 61 teclas sensíveis, sistema de geração sonora digital com polifonia máxima de 128 vozes e ampla biblioteca interna com mais de 1.200 timbres entre pianos acústicos e elétricos, órgãos, cordas, metais, sintetizadores e instrumentos diversos. Possui memória para edição e armazenamento de patches de | UN | 1 | 1 | 1 | R\$ 6.027,99 | R\$ 6.027,99 |

| | | | | | | | | |
|----|--------|--|----|----|-----|-----|-----------|---------------|
| | | usuário, além de processamento interno de efeitos composto por multi-efeitos, chorus e reverb. O sistema permite importação de samples em formato WAV via porta USB, possibilitando execução de sons personalizados diretamente no teclado. Conta com pads dedicados para disparo de samples e loops, arpejador integrado, controles de pitch bend e modulação, e sliders para ajuste de parâmetros em tempo real. Conectividade: Saídas de áudio L/R (P10) Saída para fones de ouvido Entrada para pedal de sustain Porta USB para comunicação MIDI com computador Porta USB para memória externa (importação de samples) Especificações físicas: Teclado: 61 teclas sensitivas Polifonia: 128 vozes Peso aproximado: 4 kg Acabamento: preto (BK). QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AO ROLAND XPS-10X-BK | | | | | | |
| 15 | 445363 | Caixa de palhetas profissionais para clarinete em Bb, modelo de referência nível 3 (Hard / Forte), composta por 10 (dez) palhetas calibradas e balanceadas, produzidas com cana Arundo donax de alta densidade e envelhecimento controlado, com cortes e espessuras regulamentadas que garantam: Consistência dimensional: tolerância máxima de variação de espessura entre as palhetas $\leq \pm 0,02$ mm. Resposta uniforme: reprodução homogênea em todas as palhetas da caixa, com comportamento estável de ataque, sustentação e projeção sonora. Material de alta resposta: palhetas elaboradas com fibra natural de cana com curvatura e corte de precisão, tratadas termicamente para proporcionar estabilidade dimensional e resistência à umidade. Curvatura e perfil específico: perfil projetado para produção coerente de timbre, resposta e flexibilidade, adequado a performance profissional. Acabamento | UN | 20 | 300 | 300 | R\$ 80,55 | R\$ 24.165,00 |

| | | | | | | | | |
|----|--------|---|----|----|-----|-----|-----------|--------------|
| | | de qualidade: bordas limpas e alinhadas, sem fendas ou lascas, com superfície polida que favoreça a vedação na boca do instrumento. Estabilidade ao longo do tempo: manutenção da resposta e afinação característica ao longo da vida útil normal do produto quando utilizado em condições normais de performance. Embalagem individual ou coleção com estojo rígido ou semi-rígido, identificando o grau (Nº3) e facilitando transporte e conservação. O material deverá ser novo, sem sinais de uso, acompanhado de informações de lote, data de fabricação e instruções de armazenamento e uso. Como referência de qualidade e desempenho, considerar VANDOREN TRADICIONAL N 3 ou equipamentos equivalentes ou superiores. | | | | | | |
| 16 | 473281 | Caixa de palhetas profissionais para SAXOFONE ALTO EM Eb, modelo de referência nível 3 (Hard / Forte), composta por 10 (dez) palhetas calibradas e balanceadas, produzidas com cana Arundo donax de alta densidade e envelhecimento controlado, com cortes e espessuras regulamentadas que garantam: Consistência dimensional: tolerância máxima de variação de espessura entre as palhetas $\leq \pm 0,02$ mm. Resposta uniforme: reprodução homogênea em todas as palhetas da caixa, com comportamento estável de ataque, sustentação e projeção sonora. Material de alta resposta: palhetas elaboradas com fibra natural de cana com curvatura e corte de precisão, tratadas termicamente para proporcionar estabilidade dimensional e resistência à umidade. Curvatura e perfil específico: perfil projetado para produção coerente de timbre, resposta e flexibilidade, adequado a performance profissional. Acabamento de qualidade: bordas limpas e alinhadas, sem fendas ou lascas, com | UN | 20 | 100 | 100 | R\$ 72,86 | R\$ 7.286,00 |

| | | | | | | | | |
|----|--------|---|----|----|-----|-----|-----------|--------------|
| | | superfície polida que favoreça a vedação na boca do instrumento. Estabilidade ao longo do tempo: manutenção da resposta e afinação característica ao longo da vida útil normal do produto quando utilizado em condições normais de performance. Embalagem individual ou coleção com estojo rígido ou semi-rígido, identificando o grau (Nº3) e facilitando transporte e conservação. O material deverá ser novo, sem sinais de uso, acompanhado de informações de lote, data de fabricação e instruções de armazenamento e uso. Como referência de qualidade e desempenho, considerar VANDOREN TRADICIONAL N 3 ou equipamentos equivalentes ou superiores. | | | | | | |
| 17 | 473282 | Caixa de palhetas profissionais para SAXOFONE TENOR EM Bb, modelo de referência nível 3 (Hard / Forte), composta por 10 (dez) palhetas calibradas e balanceadas, produzidas com cana Arundo donax de alta densidade e envelhecimento controlado, com cortes e espessuras regulamentadas que garantam: Consistência dimensional: tolerância máxima de variação de espessura entre as palhetas $\leq \pm 0,02$ mm. Resposta uniforme: reprodução homogênea em todas as palhetas da caixa, com comportamento estável de ataque, sustentação e projeção sonora. Material de alta resposta: palhetas elaboradas com fibra natural de cana com curvatura e corte de precisão, tratadas termicamente para proporcionar estabilidade dimensional e resistência à umidade. Curvatura e perfil específico: perfil projetado para produção coerente de timbre, resposta e flexibilidade, adequado a performance profissional. Acabamento de qualidade: bordas limpas e alinhadas, sem fendas ou lascas, com superfície polida que favoreça a vedação na boca do instrumento. | UN | 20 | 100 | 100 | R\$ 63,34 | R\$ 6.334,00 |

| | | | | | | | | |
|----|--------|---|----|---|----|----|------------|--------------|
| | | Estabilidade ao longo do tempo: manutenção da resposta e afinação característica ao longo da vida útil normal do produto quando utilizado em condições normais de performance. Embalagem individual ou coleção com estojo rígido ou semi-rígido, identificando o grau (Nº3) e facilitando transporte e conservação. O material deverá ser novo, sem sinais de uso, acompanhado de informações de lote, data de fabricação e instruções de armazenamento e uso. Como referência de qualidade e desempenho, considerar VANDOREN TRADICIONAL N 3 ou equipamentos equivalentes ou superiores. | | | | | | |
| 18 | 600396 | PELE BUMBO 22" HIDRÁULICA COM FILME DUPLO. | UN | 5 | 20 | 20 | R\$ 380,00 | R\$ 7.600,00 |
| 19 | 471399 | PELE CAIXA 13" HIDRÁULICA COM FILME DUPLO. | UN | 5 | 20 | 20 | R\$ 74,00 | R\$ 1.480,00 |
| 20 | 465371 | Creme lubrificante específico para pistões e deslizamentos de trombones, trompetes e instrumentos de sopro metálicos, com as seguintes características: Composição química: base de gordura vegetal e óleo mineral puro, isenta de solventes agressivos, não tóxica, não inflamável, compatível com metais de instrumentos de sopro (latão, cobre e níquel). Viscosidade e textura: pasta homogênea e consistente, que permite aplicação uniforme sobre pistões e deslizamentos, proporcionando deslizamento suave, sem atrito ou ruído, mesmo após períodos prolongados de uso. Proteção contra oxidação: forma filme protetor que previne corrosão e desgaste metálico, garantindo maior durabilidade do instrumento. Estabilidade térmica: mantém propriedades lubrificantes entre -10 °C e 50 °C, sem separação de componentes ou ressecamento. Embalagem: tubo ou pote com tampa de rosca ou aplicador controlado, volume mínimo de 15 g, resistente a | UN | 2 | 5 | 5 | R\$ 172,59 | R\$ 862,95 |

| | | | | | | | | |
|----|--------|--|----|----|----|----|------------|--------------|
| | | vazamentos, com rótulo indicando composição, fabricante e instruções de uso. Aplicação: adequada para pistões, slides e outras partes móveis de trombones e trompetes, facilitando manutenção e operação silenciosa. Condições de fornecimento: produto novo, original, sem uso, dentro do prazo de validade, pronto para utilização profissional. Referência de qualidade: creme TrombonTine original ou equivalente que atenda ou supere os requisitos acima. | | | | | | |
| 21 | 458629 | Lubrificante sintético desenvolvido para válvulas de pistão (sistema Perinet) de instrumentos de metal como trompete, cornet, flugelhorn, euphonium e tuba. Possui viscosidade média (Regular), formulada para proporcionar movimento rápido, resposta suave e ação estável das válvulas, mesmo durante longos períodos de execução. Produzido com óleo 100% sintético, cria uma película uniforme entre o pistão e o corpo da válvula, reduzindo atrito, prevenindo desgaste e protegendo as superfícies metálicas contra corrosão e oxidação. A formulação apresenta moléculas uniformes e estáveis, garantindo maior durabilidade da lubrificação e mantendo a consistência do desempenho mesmo com variações de temperatura. Especificações técnicas: Tipo: óleo sintético para válvulas de pistão. Viscosidade: Regular (média). Aplicação: válvulas Perinet de instrumentos de metal. Função: lubrificação, redução de atrito e proteção anticorrosiva. Resposta: ação rápida e movimento suave das válvulas. Conteúdo: 60 ml. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AO YAMAHA VALVE OIL REGULAR | UN | 2 | 5 | 5 | R\$ 153,84 | R\$ 769,20 |
| 22 | 615756 | Estante de partitura para instrumentos musicais, com ênfase na bandeja inteira de apoio da partitura, atendendo aos seguintes requisitos | UN | 10 | 40 | 40 | R\$ 170,39 | R\$ 6.815,60 |

| | | | | | | | | |
|----|--------|---|----|---|---|---|------------------|------------------|
| | | técnicos mínimos: Bandeja de apoio: inteiriça, metálica, com dimensões mínimas de 45 cm de largura por 30 cm de profundidade, projetada para acomodar partituras, livros ou tablets de forma estável. Furos circulares: perfuração em padrão de furos circulares uniformes distribuídos por toda a superfície da bandeja, garantindo redução de peso, ventilação e estética profissional sem comprometer a rigidez e estabilidade do material. Acabamento: pintura eletrostática ou similar, preta anti-corrosão, resistente a riscos e manuseio contínuo. Apoio da partitura: bordas frontais e laterais rebaixadas para impedir a queda de folhas, com possibilidade de fixação adicional via clip metálico ou prendedor removível. Resistência: capaz de suportar livros ou partituras com peso total de até 2,5 kg, sem deformação ou instabilidade. Ajuste de altura e base: tripé ajustável de 85 a 130 cm, com pés antiderrapantes e travamento seguro, mantendo a bandeja estável durante o uso. Condições de fornecimento: produto novo, íntegro, sem uso, pronto para utilização, acompanhado de manual do fabricante e garantia de fábrica. Referência de qualidade: estante de partitura Smart SM009 ou equipamento equivalente ou superior | | | | | | |
| 23 | 632616 | CUBO DE CONTRABAIXO. Potência: 500 W (pico) / 250 W RMS. Amplificação: Classe D. Alto-falante: 15" com cone híbrido papel/alumínio. Ímã: Neodímio. Equalização: 3 bandas (70 Hz / 700 Hz / 5 kHz). Controle adicional: Shape (100 Hz - 900 Hz). Entradas: 1/4" para baixo ativo/passivo. Saídas: XLR balanceada e saída para fone de ouvido. Gabinete: design inclinável (vertical ou monitor). Peso aproximado: 16 kg. Dimensões aproximadas: 54 x 42,5 x 44,6 cm. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AO | UN | 1 | 1 | 1 | R\$ 10.371,82 | R\$ 10.371,82 |

| | | | | | | | | |
|----|--------|---|----|---|---|---|------------|--------------|
| | | Cubo de Contrabaixo Kickback KB15 500W 15" | | | | | | |
| 24 | 306306 | <p>Microfone condensador de diafragma pequeno profissional, projetado para captação de instrumentos acústicos e percussão em aplicações de estúdio e som ao vivo, com as seguintes características técnicas mínimas: Tipo de transdutor: condensador de diafragma pequeno (aproximadamente 12,7 mm / ½") para resposta rápida e detalhada do sinal. Padrão polar: cardioide, para captação direcional e boa rejeição de sinais fora do eixo. Resposta de frequência: 20 Hz a 20 000 Hz, cobrindo toda a faixa auditiva com fidelidade. Sensibilidade: aproximadamente 15 mV/Pa. Nível de ruído equivalente: máximo de 19 dB-A (A-weighted). Relação sinal/ruído: mínima de 75 dB-A. Pad de pré-atenuação: atenuador comutável de -20 dB para captação de fontes sonoras de alta pressão sonora (SPL). Impedância elétrica: ≤ 200 Ω; impedância de carga recomendada ≥ 1000 Ω. Saída de áudio: conector balanceado XLR de 3 pinos. Alimentação: phantom power 44 – 52 V DC conforme padrão profissional, com consumo de corrente ≤ 3 mA. Robustez: corpo totalmente metálico e grade frontal resistente, adequado para uso contínuo em estúdio e apresentações ao vivo. Aplicações típicas: captação de overhead de bateria e percussão, instrumentos de corda acústicos, piano e linhas instrumentais, com resposta de transientes rápida e alta clareza. Dimensões e peso aproximados: comprimento ≈ 160 mm, diâmetro ≈ 22 mm, peso ≈ 130 g. Condições de fornecimento: produto novo, original, sem uso, fornecido com adaptador para pedestal e manual, pronto para utilização profissional. Referência de qualidade: microfone</p> | UN | 4 | 4 | 4 | R\$ 799,00 | R\$ 3.196,00 |

| | | | | | | | | |
|--------------------|--|--|--|--|--|--|----------------------|--|
| | | condensador de referência profissional nível estúdio, similar em desempenho ao padrão AKG P170 ou equivalente ou superior que atenda todos os requisitos técnicos acima. | | | | | | |
| VALOR TOTAL | | | | | | | R\$147,024,68 | |

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Em conformidade com o item IX do Art. 15º do Decreto Nº 11.462/23, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Os Objetos das aquisições estão previstos no **Programa de Aplicação de Recursos (PAR)**. Conforme o detalhamento a seguir:

3.3. Código do PAR: 0021/2026

3.4. Data da aprovação de inclusão do objeto do PAR: 12/01/2026.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto; em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/2023 e conforme diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2025), devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. A empresa vencedora deverá possuir uma logística reversa para os objetos que não podem ser descartados nos recipientes de coletas seletivas e/ou comuns.

4.3. A empresa vencedora deverá possuir consciência ambiental.

4.4. A empresa vencedora deverá possuir um processo de coleta seletiva nas suas instalações.

4.5. Os produtos deverão ser resistentes, visando sua utilização pelo maior tempo possível, o que acarretará em um menor número de resíduos desprezados no meio ambiente.

Indicação de marcas ou modelos

4.6. É obrigatório, sob pena de desclassificação, que os concorrentes informem a marca e modelo (quando couber) dos produtos ofertados no momento da apresentação da proposta no sistema

Da exigência de amostra

4.7. A Equipe de Planejamento irá avaliar as proposta individualmente e **poderá** solicitar amostras de qualquer um dos itens presentes neste Termo para subsidiar a avaliação.

4.8. As amostras, quando solicitadas, deverão ser entregues no endereço Av. Marques de Leão S/N, Colégio Naval, Bairro: Centro, CEP: 23.909-000, no prazo limite de 10 (dez) dias corridos a partir da data de solicitação no sistema, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.9. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo;

4.10.No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada;

4.11.Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.12.Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.13.Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.14.Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **10 (dez)** dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.15.Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.16.Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.17. Não haverá exigência das garantias da contratação previstas no artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.18. Na presente licitação, não será aplicada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista que nenhum dos itens/lotos apresenta valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

4.19. Permanecem assegurados os demais tratamentos favorecidos, diferenciados e simplificados previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias**, contados da data de apresentação da Nota de Empenho;

5.2. Caso solicitado, o licitante vencedor do certame deverá ser capaz de fornecer, no prazo estabelecido no item 5.1 deste Termo, em remessa única, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global do item;

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 (dez) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Av. Marques de Leão s/nº - Centro Angra dos Reis - RJ CEP: 23909-900;

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10.Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **10 (dez)** dias úteis, contados a partir da data de solicitação de troca;

5.11.O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante;

5.12.Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos;

5.13.A exigência de fornecimento de equipamento substituto provisório durante eventual manutenção foi suprimida por não se mostrar proporcional à natureza do objeto contratado (instrumentos musicais), nos termos dos princípios da razoabilidade, competitividade e adequação previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.14.O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado; e

5.15.A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da

contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.10. Cabe ao gestor do contrato:

6.10.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.10.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.10.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.10.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANSÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia

7.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.5. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.6. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.8. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.9. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos

lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11.A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12.O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13.As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.14.As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15.Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis;

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, atualizado pelo Decreto nº 11.871, de 2023;

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. O prazo de validade;

8.11.2. A data da emissão;

8.11.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. O período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. O valor a pagar; e

8.11.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.13.A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.14.A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.14.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018);

8.15.Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

8.16.Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

8.17.Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

8.18.Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF;

Prazo de pagamento

8.19.O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022;

8.20.No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária;

Forma de pagamento

8.21.O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado;

8.22.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

8.23.Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

8.24.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25.O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

Antecipação de pagamento

8.26.A presente contratação não admite a possibilidade antecipação de pagamento conforme as regras previstas no presente tópico.

Cessão de crédito

8.27.As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.29.Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.30.O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.31.A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.32.O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regida.

Reajuste

8.33.Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado no início do pregão.

8.34. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.35. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.36. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.37. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.38. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.39. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.40. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO.

9.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie, junto a a proposta, sob pena de não-aceitação, declaração de que emitirá o DOF assim que a Nota Fiscal for emitida e que o apresentará junto a referida Nota Fiscal na entrega do objeto.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será conforme demanda eventual.

Critérios de aceitabilidade de preços

1.1. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários será: valor global conforme valor estimado da contratação.

1.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa a tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

10. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.1.**Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.2.**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.4.Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.5.**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.6.**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.7.**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.8.**Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.9.Os licitantes que apresentar proposta para os itens listados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, serão obrigados a apresentar o registro da FABRICANTE no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

10.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais

e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{lcl} \text{LG} = & \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{SG} = & \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}} \end{array}$$

$$LC = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Circulante}}$$

10.22. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

10.23. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos; e

10.24. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

10.28. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

10.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados 25% do valor estimado da contratação.

10.29.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.31. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Documentação complementar para cooperativas

10.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

10.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

10.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

10.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Disposições gerais sobre habilitação

10.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e

apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1.O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ R\$ 147.024,68 (cento e quarenta e sete mil, vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos no item 1.1 acima.

11.2.Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

11.3.A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato. (alocação)

11.4.Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.4.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.4.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.4.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1.As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2.A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 00001/ 762300;
- II. Fonte de Recursos: 10000000000 ;
- III. Programa de Trabalho:174672 ;
- IV. Elemento de Despesa: 449052 ;
- V. Plano Interno: S410DVIZ134;

12.3.A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

13. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

13.1.O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2.O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. **As informações contidas neste Termo de Referência são classificadas como não sigilosas.**

Angra dos Reis-RJ, na data da assinatura.

BRUNO ESTEVES REZENDE
Primeiro- tenente (AFN)
Encarregado da Divisão de Segurança e Banda

ATO DE APROVAÇÃO

Nos termos do disposto no Art. 8º do Decreto nº 11.462/23, e conforme Ordem de Serviço nº 40-5/2026, do Comandante do Colégio Naval, aprovo o presente Termo de Referência cuja finalidade é subsidiar as licitantes de todas as informações necessárias para a participação no certame que visa a eventual aquisição de instrumentos musicais e respectivas peças de reposição para manutenção das atividades da Banda de Música do Colégio Naval.

WILLY DE SOUZA DELLÊ VIANNA
Capitão de Mar e Guerra
Ordenador de Despesa